

HABEAS CORPUS Nº 492.364 - SP (2019/0036411-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANGELA MARIA PERRETTI
ADVOGADO : ANGELA MARIA PERRETTI - SP0125488
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JENIFFER ALVES DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

JENIFFER ALVES DOS SANTOS, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal em seu direito a locomoção, em decorrência de acórdão proferido do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2250838-02.2018.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que, no curso da execução, ante o suposto cometimento de falta disciplinar de natureza grave consistente em apreensão de aparelho de telefonia móvel celular e acessórios, **a paciente teve o regime semiaberto sustado cautelarmente.**

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, que dele não conheceu.

Nesta Corte, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de ser incabível a regressão a regime prisional mais gravoso que o imposto na sentença condenatória. Aduz, ainda, que os bens apreendidos na cela da acusada não lhe pertenciam, pois sua propriedade foi reconhecida por outras pessoas.

Requer, assim, seja cassada a regressão cautelar de regime.

Decido.

Preliminarmente, releva salientar que o Superior Tribunal de Justiça, na esteira do que vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, não admite que o remédio constitucional seja utilizado em substituição ao recurso próprio (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco à revisão criminal, **ressalvadas as situações em que, à vista da flagrante ilegalidade do ato apontado como coator, em prejuízo da liberdade do paciente, seja cogente a concessão, de ofício, da ordem de habeas corpus.**

Sob tais premissas, **constato a ocorrência de flagrante ilegalidade, que reclama a concessão, ex officio**, da ordem.

A impetrante questiona, neste *writ*, a ilegalidade na regressão cautelar de regime.

Com efeito, observo que o acórdão inquinado coator deixou de conhecer do habeas corpus lá impetrado, por inadmitir o *writ* como substitutivo do recurso adequado, não abordando os temas trazidos na inicial desta impetração, de modo que **nada disse sobre a ocorrência de eventual ilegalidade**. De fato, o Tribunal *a quo* limitou-se a destacar o não cabimento do habeas corpus interposto como substitutivo do recurso de agravo em execução.

Em vista disso, a leitura do acórdão impugnado me leva a **constatar a existência de flagrante ilegalidade**, uma vez que, consoante entendimento consolidado neste Superior Tribunal, **não há óbice à utilização de habeas corpus quando, havendo lesão ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção do paciente, tratar-se de matéria de direito e quando não houver a necessidade de dilação probatória**, exatamente como ocorre na espécie dos autos.

Ressalto, ademais, que, consoante informações colhidas no sítio eletrônico do Tribunal *a quo*, **não houve interposição de agravo em execução em face da decisão proferida pelo Juízo singular**. Dessarte, o cabimento do remédio heroico é indiscutível.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

[...]

2. **A análise dos requisitos para a progressão de regime prisional foi recusada pelo Tribunal a quo, o que inviabiliza o conhecimento da matéria nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...]

4. Habeas corpus não conhecido. **Ordem concedida de ofício para determinar que o Tribunal de origem aprecie o mérito do habeas corpus originário, como entender de direito.**

(HC n. 267.687/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 17/9/2014, destaquei).

[...]

1. A questão relativa a alteração da data-base não pode ser examinada neste Tribunal se no de origem o tema não foi apreciado, sob pena de indevida supressão de um dos graus de jurisdição, salvo ilegalidade flagrante ou de decisão teratológica.

2. Entretanto, esta Colenda Corte de Justiça tem orientação no sentido de que "a despeito de existir recurso próprio e adequado para questionar as decisões proferidas em tema de Execução Penal, a ação de habeas corpus substitutiva de agravo em execução deve ser analisada pela Corte de origem com o intuito de verificar a existência de flagrante ilegalidade, desde que não seja necessário o reexame de fatos e provas, como na espécie, em que se discute o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos à progressão de regime" (HC nº 282.251/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19.3.14).

3. Agravo regimental a que se nega provimento. Habeas corpus concedido, de ofício, a fim de determinar ao Tribunal de origem que aprecie o pleito formulado no mandamus lá impetrado (HC nº 2013.022595-6), como entender de direito.

(AgRg no RHC n. 39.523/SC, Rel. Ministro Moura Ribeiro, 5ª T., DJe 30/5/2014, destaquei).

Assim, tenho como perfeitamente cabível a análise, em habeas corpus, da questão suscitada perante a Corte estadual e aqui reiterada, qual seja, a suspensão da regressão de regime, uma vez que essa **matéria não requer análise de controvérsia factual, nem demanda produção de provas.**

Diante da compreensão sedimentada nesta Corte, não há razões para insistir em tese contrária, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.

Ressalto que a observância aos precedentes garante ao jurisdicionado a certeza do posicionamento do Judiciário em relação a determinada matéria posta em juízo e evita, com isso, a proliferação de decisões contraditórias (muitas vezes oriundas de um mesmo juízo ou tribunal). A interpretação uniforme das leis faz com que exista uma ordem jurídica mais coerente, mais estável, com maior previsibilidade quanto à interpretação adotada pelo Poder Judiciário.

Registro, aliás, que o Código de Processo Civil de 2015

privilegia a adoção de um sistema de vinculação aos precedentes, de modo que os tribunais deverão uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, nos termos do seu art. 926, *caput*.

Por fim, apenas ressalto inexistirem razões que impeçam a concessão, *in limine*, da ordem de habeas corpus, notadamente porque expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, monocraticamente, quando se conformar com jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço do habeas corpus**, haja vista a falta de manifestação da Corte estadual sobre o mérito da causa.

Contudo, ao examinar seu conteúdo, identifico o apontado constrangimento ilegal, o que me leva a, ***ex officio*, conceder, in limine, a ordem** postulada, determinando o retorno dos autos à autoridade coatora, para que este se pronuncie acerca da ocorrência de eventual ilegalidade do ato apontado como coator.

Comunique-se esta decisão, **com urgência**, ao Tribunal impugnado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**